

FORTALEZA, HABITAÇÃO E HIGIENE DE 1877 A 1880

Ana Karine Martins Garcia*

Apresentação

Este texto é parte de algumas das reflexões resultantes da pesquisa desenvolvida atualmente, financiada pela CAPES e orientada pela Professora Denise Bernuzzi Sant'Anna. Durante a graduação, na Universidade Federal do Ceará, tive a oportunidade de realizar algumas pesquisas no Arquivo Público do Estado do Ceará e na Biblioteca Governador Menezes Pimentel, o que me motivou a desenvolver este trabalho, que tem como objetivo analisar e interpretar as relações que se colocam nos ordenamentos espaciais, na higienização da cidade, na arquitetura dos abarracamentos, enfatizando as tensões e os conflitos causados pela presença dos retirantes em Fortaleza de meado do século XIX.

Os sujeitos históricos presentes no corpo do texto, como escravos, libertos, escravos fugidos e grandes proprietários (aqueles que possuíam terras e bens matérias, mas que durante a seca perderam tudo e migraram), quando citados de forma geral, receberam as seguintes denominações: “retirantes”, “famintos”, “emigrantes”, termos tirados das documentações oficiais.

Para instrumentalizar esta pesquisa, escolhemos trabalhar, principalmente, com os seguintes jornais: *O Retirante* e o *Cearense* (1877-1880), pois isso possibilitou analisar os discursos referentes à presença e ação dos retirantes na cidade. O jornal *O Retirante* foi publicado em Fortaleza, a partir de 24 de junho de 1877, saía aos domingos sob a redação de Luiz de Miranda, da Tipografia Imparcial, tendo por impressor Suitberto Padilha. Dizia-se órgão das vítimas da seca e de combate à administração Aguiar. O jornal *Cearense* Órgão do Partido Liberal publicado em Fortaleza, a partir de 4 de outubro de 1846, saiu da Imprensa Nacional de Barbosa, da Tipografia Brasileira de Paiva & Cia, das

de Francisco Luis Vasconcelos e de João Evangelista e, finalmente, da sua própria. Foram seus fundadores e primeiros redatores Frederico Pamplona, Tristão Araripe e Thomas Pompeu. Algum tempo após a Proclamação da República, até 25 de fevereiro de 1891, foi publicado com o título de “Órgão Democrático”.

Além disso, também são utilizados os relatórios dos presidentes da província (1870-1880), os quais possibilitam interpretar e entender a cidade e a relação do governo com os retirantes a partir da organização espacial e política de Fortaleza; o código de postura de 1878 e 1879, relevante para perceber as tentativas de disciplinar e ordenar socialmente a partir da influência dos discursos de higienização; os textos de memorialistas, tais como Rodolfo Teófilo, Barão de Stuart, Tomaz Pompeu e José do Patrocínio, nos quais é possível perceber o escrito de uma época, e os Ofícios expedidos pelos comissários dos abaracamentos aos presidentes da província (1877-1880), que permitem observar as relações de poder e as intervenções realizadas dentro desses alojamentos.

A cidade de Fortaleza, a partir do ano de 1877, passa a ser o palco privilegiado do drama da seca. Esta sempre foi abordada pela historiografia tradicional como um fenômeno “natural”. As pesquisas mais recentes têm, contudo, estudado a seca através de novos olhares, nos quais a análise do fator “social” passa a ser vislumbrada. Assim, para entender as relações de poder e as transformações nos espaços urbanos de Fortaleza, é relevante abordarmos alguns aspectos econômicos, políticos e sociais da seca no Ceará em meados do século XIX, tais como: a exportação algodoeira a partir da década de 60, as reformas do porto do Mucuripe, a construção da estrada de ferro de Baturité a partir da década de 70, as diversas reformas nas ruas e edifícios da cidade e a chegada dos retirantes na cidade a partir de 1877.

Contudo, ao longo do período analisado, Fortaleza não sofreu transformações bruscas na sua estrutura urbana. José Olivenor, em seu artigo denominado “Metrópole da fome: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1889”, publicado na obra organizada por Neves e Souza, pela Editoria Fortaleza, em 2002, na página 51, observa que a cidade apenas se ajustou e absorveu o impacto de sua nova função comercial, ou seja, o comércio já estava presente na economia e o que se exigia agora era uma organização dentro dos padrões de consumo e de produção que, de algum modo, demonstrasse uma afinidade com aqueles que progressivamente vinham do estrangeiro e também da corte brasileira. Dentre esses “novos” comerciantes, estavam presentes os portugueses, os ingleses e franceses.

Devemos ressaltar que, conforme José Tanísio Vieira Bezerra, em sua dissertação de mestrado intitulada *Quando a ambição vira Projeto: Fortaleza, entre o progresso e o caos*, a elite local, formada por homens letrados, produtores agrícolas, comerciantes ou políticos, tinha a pretensão de adequar a cidade às suas condições de modernização,

processando intervenções nos espaços físicos da urbe, uma vez que estavam constituindo residência em Fortaleza. A racionalidade científica, de influência européia, estava presente nas ações e desejos de reformas urbanas, porém, as edificações que aproximavam a cidade da tão desejada modernidade européia estavam em confronto com as reminiscências da vila colonial. O urbano e o rural ainda se confundiam em diferentes ruas e costumes da capital.

Assim, os planos de construção da cidade procuraram, de certa forma, adequar parte dessas influências aos espaços que eram possibilitados pela estrutura física de Fortaleza, pois nem sempre era possível seguir fielmente as referências oriundas dos traçados urbanos europeus.

Esse estudo representa, portanto, a tentativa de se entenderem os embates e as experiências urbanísticas dessa população migrante durante o período do Império. O propalado objetivo de progresso urbano, vislumbrado pelas principais capitais brasileiras, nem sempre se harmonizava com a presença de retirantes nos espaços citadinos. Essa situação ocasionou o impedimento da realização do sonho de “civilidade” alimentado por diversos políticos e comerciantes da época.

Contextualizar historicamente a cidade é fundamental, para que se possa perceber como estava se dando o processo de ordenamento urbano a partir dos conflitos e das tensões provocadas pela presença dos retirantes nas ruas e praças. Ela causava aversões, algumas confessáveis e outras pouco admitidas.

Percebe-se que os estudos e a compreensão do papel da multidão de retirantes é relevante para analisar como o poder público estava organizando a cidade e quais as mobilidades e tensões que esses “indesejáveis” estavam provocando nos espaços da urbe.

Nas trilhas dos abarracamentos

Entender como os retirantes habitavam a cidade foi uma das principais preocupações ao iniciar esta pesquisa, pois percebemos que os abarracamentos, locais construídos para abrigar os emigrantes durante o período da seca em 1877 em Fortaleza e desativados no final de 1879, serviram a um desejo de controle espacial e social dessa população e foram levantados em locais específicos, tendo ainda uma ligação funcional com a cidade. Exemplar a esse respeito foi a construção, em 1878, dos abarracamentos do Mucuripe e da Via-férrea, que facilitavam o deslocamento dos retirantes para os trabalhos na pedreira e na estrada de ferro.

É certo que a chegada dos retirantes à capital cearense afetou e alterou o cotidiano dos habitantes locais. Os espaços urbanos, como ruas e praças, tornaram-se moradias para esses desabrigados. A cidade que, para alguns, deveria ser distinta da imagem de

pobreza trazida pelos retirantes transforma-se, segundo jornalistas e memorialistas, em caos e desordem. O centro, a cada dia, recebia novos “forasteiros”, que vinham em busca de auxílios e moradias. Havia a cobrança do governo, principalmente pelos jornais de oposição – *Cearense* e *O Retirante* – de uma atitude capaz de manter a ordem e de afastar os retirantes das principais áreas de contato com a população cidadina.

O Governo da Província foi surpreendido, pois não esperava que as ruas centrais fossem invadidas e habitadas por esses emigrantes, comumente vistos como “os outros” e/ou “os indigentes”, sem lugar e sem direitos. Dessa forma, a solução imediata foi a construção de alojamentos denominados abarracamentos, que serviram para abrigar a população retirante a partir de julho de 1877 e que duraram até o final da seca em 1879. Destes, alguns foram desativados, enquanto outros consolidaram algumas das principais áreas da cidade: Parangaba, Aldeota e Jacarecanga.

Observando a documentação que veio a público em 1922, através do livro de Rodolpho Theóphilo, *História das Seccas do Ceará (1877-1880)*, podemos perceber, na página 100, que, a princípio, não houve uma preocupação com a escolha dos locais em que seriam construídos os abarracamentos: “Estes foram levantados em áreas a barlavento da cidade”. Não demorou muito para que as construções desses alojamentos, nessas áreas consideradas “inadequadas”, fossem apontadas como uma das causas da disseminação das epidemias na cidade. Porém, a partir de 1878, com o aumento dos casos de varíola, as construções dos abarracamentos seguiram um planejamento mais rigoroso e as práticas higienistas, como vacinação, limpeza dos barracos, dos rios e o despejo do lixo em locais afastados dos alojamentos, serviam a um caráter preventivo das doenças.

As fontes apontam que os locais selecionados para as primeiras tentativas de transferência dos retirantes do centro para essas “novas” moradias foram feitas a partir da escolha dos próprios emigrantes. Contudo, observando suas localizações, percebe-se que, provavelmente, essas “escolhas” foram realizadas devido à proximidade com o centro e a facilidade no deslocamento da população “adventícia” para esses espaços. Assim, continua Theóphilo “deixou-se a sua discreção a escolha do local e em breve viam-se arraiaes de emigrantes em Pajehú, São Luiz, Jacarecanga e São Sebastião”

Deve-se mencionar que os abarracamentos apareceram dentro desse cenário como um meio prático para “amenizar” a situação dos “flagelados” e, sobretudo, uma das maneiras encontradas pelo Governo Provincial de tentar controlar e resolver o estado calamitoso em que se deparava a cidade com a presença desses “indesejáveis”.

Torna-se fundamental entender como o processo de organização desses locais foi realizado e como funcionavam. As estruturas espaciais eram aos poucos consolidadas

e as áreas disponibilizadas para a construção dos abarracamentos foram aquelas que mantinham um certo afastamento da zona central e nobre da cidade.

Os ordenamentos dos territórios foram implantados e esses abrigos foram organizados com o propósito de manter o controle da demanda dos retirantes que circulavam pelas ruas da urbe, “sendo dividida a area da capital em dous districtos, separados pela rua da Palma”; segundo o livro de Theóphilo (p. 103). Os distritos foram áreas delimitadas para dividir os abarracamentos em locais administrativos a partir de setembro de 1877, e suas adaptações e seus planejamentos urbanos demarcavam os limites e estruturas das construções dos abarracamentos. Desse modo, cada distrito foi composto por um determinado número de abarracamentos. Pode-se observar, na planta cartográfica de Fortaleza do ano de 1888, que houve uma grande expansão populacional e habitacional. Contudo, a planta não retrata esse crescimento e, quando se faz a leitura visual dessa fonte, precipitadamente, considera-se apenas a região central como área habitada. Pesquisas como a de Raimundo Girão, no livro *Pequena história do Ceará*, publicada em 1953, demonstra na página 186, que a chegada dos retirantes à cidade desencadeou um rápido crescimento populacional (1877-1878) e ocasionou, principalmente, uma expansão habitacional. É o que se percebe ao comparar, por exemplo, os dados estatísticos do censo de 1872 realizado em Fortaleza – apresentado pelo autor na página 186, onde demonstra que a cidade possuía uma população de 21.000 habitantes – com os dados do ano de 1877, segundo os quais a cidade já contava com uma população de 42.931. É fundamental entender que tal fato foi inusitado para a cidade e, principalmente, desencadeou uma forte repercussão na imprensa nacional e internacional, proporcionando uma significativa mudança no controle social e no abastecimento água e comida da capital cearense.

Uma questão que o estudo dos mapas sugere diz respeito à localização dos alojamentos. Estes foram sendo transferidos, aos poucos, para fora das zonas centrais e nobres da cidade, mantendo os retirantes isolados e evitando conflitos que abalasses a ordem da urbe. Devemos também perceber que os espaços selecionados para os distritos, ou seja, para as construções dos alojamentos, encontravam-se nas rotas de entrada da cidade (as estradas de Messejana, Pacatuba e Soure).

Os cenários em que se desenvolveram tais relações podem ser vislumbrados na visão cartográfica da cidade. Assim, sua expansão, inicialmente não planejada, segue objetivos que envolvem ordenamento e higienização. Interpretar essa relação espacial faz com que se olhe para novas formas de entender Fortaleza e as tensões entre a elite local e os retirantes.

A higienização

As discussões sobre salubridade pública são encontradas e visualizadas, sobretudo, nos relatórios dos presidentes de Província. À medida que a vida urbana tornava-se mais complexa e afeita às influências exteriores, maior era a exigência de implementar a higiene dos espaços e dos corpos como uma norma de distinção social e decência. As relações e os costumes adquiridos no campo se reelaboram nessa nova realidade. Nas preocupações com o corpo, a higiene e a moral faziam parte do discurso da elite local, que, percebendo a propagação das doenças, interferiu na localização dos abarracamentos.

A constante entrada de retirantes, a partir de julho de 1877, trouxe grandes preocupações para o Governo Provincial, pois a salubridade publicada estava sendo considerada insatisfatória. Nesse momento, os emigrantes foram considerados importantes focos de propagação de doenças no ambiente da cidade. Assim, o poder público acreditava que construir locais isolados e afastados era importante para a prevenção das epidemias e para a boa conservação do estado sanitário da cidade, uma vez que considerava os emigrantes responsáveis pela disseminação dessas moléstias. Sidney Chalhoub, em seu estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX, intitulado *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte Imperial*, na página 26, afirma que “os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação das epidemias”.

Mas, ao mesmo tempo, alguns modelos e ações higienistas, aliados a antigas teorias miasmáticas, aparecem dentro da intervenção nos espaços urbanos, especialmente com as construções dos abarracamentos. É o que observaremos nos discursos dos médicos e higienistas, sobretudo, nas ações governamentais, no relatório de presidente de Província de 1º de novembro do ano de 1878: “(...) mandei remover para sotavento da cidade todos os abarracamentos existentes do lado oposto; fiz construir em lugares abertos e arejados os novos alojamentos”. O conhecimento do direcionamento dos ventos tornou-se fundamental para a escolha da localização dos abarracamentos, pois acreditavam que as doenças, especialmente a varíola, eram ocasionadas por “miasmas” e estes eram levados através do vento para dentro da cidade, principalmente, para o perímetro urbano de Fortaleza. Assim, os abarracamentos que estivessem a barlavento (direção de onde sopra o vento, sentido mar/sertão) das áreas centrais de Fortaleza deveriam ir para áreas a sotavento (para onde vai o vento, sentido terra/mar).

A partir dessas premissas iniciais, este trabalho pretende contribuir para aprofundar a visão histórica sobre as relações entre os retirantes e Fortaleza no período escolhido e, ainda, fornecer subsídios para outros estudos sobre a vida nas ruas de homens e mulheres comuns. Assim, considera-se necessário ressaltar que a problemática central do trabalho

é analisar e interpretar as relações que se colocam nos ordenamentos espaciais, na disponibilização espacial e social dos abarracamentos, percebendo as tensões e conflitos que a presença dos retirantes causava aos cidadãos. Procura-se entender sua participação na construção e reconstrução da Fortaleza de meados do século XIX e, assim, pretende-se contribuir para os estudos e pesquisas referentes à cidade de Fortaleza de 1870 a 1880.

Recebido em março/2006; aprovado em maio/2006.

Nota

*Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP. E-mail: anakarineg@hotmail.com